



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 067 Exercício de: 2025

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodolfo Reis de Souza

em 16 / 04 / 25 para

Parecer da Comissão

Recebido

ASSUNTO: Projeto de Resolução nº. 003/2025 - Dispõe sobre
a regulamentação do desconto em folha de pagamento nos
empréstimos consignados dos servidores públicos e vereadores
no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna

Nome:

Mesa Diretora CMJ

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO
em Sessão de 16/05/25

ATUAÇÃO

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>06/05/25</u>	

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE PRORESOLUÇÃO N.º 003 /2025.

LIDO EM SESSÃO
DE 15/04/25

PROTOCOLO Nº	<u>444</u>
EM	<u>14/04/25</u>
SECRETARIA	<u>[Signature]</u>

Dispõe sobre a regulamentação do desconto em folha de pagamento, nos empréstimos consignados dos servidores públicos e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna,

A Câmara Municipal aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º Os procedimentos para consignação em folha de pagamento dos servidores públicos e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna deverão observar as normas contidas nesta Resolução.

Art. 2º Para fins desta Resolução considera-se:

I - Consignante - entidade ou órgão da Administração Direta, fundações e autarquias que procede a descontos referentes às consignações em folha de pagamento;

II - Consignado - servidor público ativo (com mais de 03 meses de efetivo exercício de sua função) e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, que autoriza desconto de consignações em folha de pagamento e subsídio de vereador.

III - Consignatária - destinatária dos créditos resultantes das consignações com no máximo 02 (dois) representantes com inscrição municipal;

IV - Consignação compulsória - é o desconto em folha de pagamento efetuado por força de lei ou mandado judicial;

V - Consignação voluntária - é o desconto autorizado pelo servidor público em folha de pagamento;

VI - Consignação voluntária representativa - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contributiva autorizado pelo servidor público em razão de filiação às entidades sindicais ou às associações representativas dos servidores públicos municipais do âmbito do Poder Legislativo;

VII - Consignação voluntária por prazo indeterminado - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contratual autorizado pelo servidor público e/ou vereador por período indeterminado;

VIII - Consignação voluntária por prazo determinado - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contratual autorizado pelo servidor público e/ou vereador por período determinado;

IX - Sistema digital de consignações - aplicativo que suporta o processo de registro *on line* de consignações via internet;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



X - Associação representativa de classe - é aquela cuja filiação seja permitida exclusivamente a servidores públicos e/ou vereadores pertencentes aos quadros de servidores públicos e/ou vereadores do Poder Legislativo do Município de Jaguariúna.

Art. 3º São consideradas consignações compulsórias:

I - contribuição previdenciária obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social;

II - imposto de renda retido na fonte;

III - pensão alimentícia judicial;

IV - descontos por decisão judicial;

V - restituições e indenizações devidas ao erário;

VI - outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Art. 4º São consideradas consignações voluntárias por prazo indeterminado:

I - plano de saúde;

II - plano odontológico.

Art. 5º São consideradas consignações voluntárias por prazo determinado:

I - empréstimo pessoal;

II - cartão de compras.

Art. 6º O credenciamento para operar com consignação deverá ocorrer para cada espécie prevista no art. 5º deste decreto.

§ 1º Somente será concedido credenciamento nas espécies em que as consignatárias estiverem autorizadas a operar por lei e/ou por estatuto.

§ 2º No credenciamento de espécies de consignações que necessite de autorização de órgão regulador e fiscalizador, observar-se-á a legislação própria.

Art. 7º A soma das consignações voluntárias representativas por prazo indeterminado e por prazo determinado previstas nos arts. 4º e 5º desta Resolução não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

§ 1º As consignações voluntárias previstas no art. 5º, inciso I, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

§ 2º As demais consignações voluntárias não poderão ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

Art. 8º As consignações voluntárias representativas terão prioridade de descontos sobre as voluntárias por prazo determinado e por prazo indeterminado na seguinte ordem:

I - voluntárias representativas;

II - voluntárias por prazo indeterminado;

III - voluntárias por prazo determinado.

§ 1º Havendo necessidade de aplicar prioridade dentro da classe voluntária por prazo determinado, prevalecerá a consignação contratada há mais tempo.

§ 2º As consignações não poderão ultrapassar o limite máximo de 72 (setenta e dois) meses.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Art. 9º O credenciamento de consignatária para operar com consignação prevista no art. 5º na Administração da Câmara Municipal de Jaguariúna será autorizado pelo Presidente, podendo expressamente delegar ao Diretor (a) Contábil e Financeiro.

Art. 10. O pedido de credenciamento deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna na forma de requerimento indicando qual ou quais espécie(s) de consignação(ões) pretendida(s), acompanhado de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - certidões negativas de tributos estaduais;
- III - certidões negativas de débitos para com o INSS e FGTS;
- IV - autorização de funcionamento expedida pelo órgão regulador e fiscalizador nos casos de espécie que obrigatoriamente necessitem de autorização;
- V - contrato ou estatuto social vigente;
- VI - outros documentos que a lei exigir.

Parágrafo único. Fica a Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna autorizada a expedir atos exigindo novos documentos sempre que necessário.

Art. 11. As margens consignáveis e todas as operações relacionadas às mesmas previstas no art. 7º desta Resolução serão informadas por meio do Sistema Digital de Consignações utilizado para controle e inserção de consignação na folha de pagamento.

Art. 12. O registro das consignações voluntárias no Sistema Digital de Consignações ou a inserção em folha de pagamento somente serão permitidos após validação do servidor público ou vereador através de procedimento próprio no qual haja autorização para desconto em folha de pagamento das parcelas e valores contratados.

§ 1º Fica sob responsabilidade da consignatária, na condição de depositária fiel, a guarda do documento mencionado no "caput" deste artigo pelo prazo de 07 (sete) anos.

§ 2º O documento mencionado no *caput* deste artigo deve ser apresentado ao Departamento Contábil e Financeiro/RH sempre que requisitado no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da notificação.

§ 3º Quando ocorrer operação de compra e venda de contratos de empréstimos entre as consignatárias, ficam as instituições obrigadas a proceder na forma seguinte:

I - a consignatária que teve o contrato de empréstimo comprado deve informar no Sistema Digital de Consignações no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da realização da compra:

- a) o saldo devedor do contrato;
- b) o banco, a agência e o número da conta corrente onde deverão ser depositados o saldo devedor do contrato ou emissão de boleto à consignatária compradora;

II - a consignatária que comprou o contrato deverá:

- a) efetuar e registrar o pagamento do saldo devedor do contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data em que o saldo devedor foi informado no Sistema Digital de Consignações;

III - a consignatária que teve o contrato de empréstimo pessoal comprado deve efetuar a liquidação do contrato no Sistema Digital de Consignações no prazo máximo de 02



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



(dois) dias úteis a partir da data em que ocorreu o registro do pagamento do saldo devedor do contrato.

Art. 13. A consignação em folha de pagamento não implicará corresponsabilidade do órgão consignante por compromisso assumido pelos consignados junto às consignatárias.

Art. 14. Havendo desconto não autorizado pelo servidor público ou vereador, a consignatária ficará responsável pelo imediato ressarcimento, o qual deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da constatação do desconto indevido.

§ 1º Não havendo o ressarcimento na forma do "caput" deste artigo, o valor será retido no momento de repasse dos valores referentes às demais consignações devidas à consignatária e creditadas ao servidor público e/ou vereador.

§ 2º Decorrido o prazo mencionado no "caput" deste artigo e não havendo o ressarcimento, a consignatária será suspensa nos termos do art. 16 II ou III desta Resolução, conforme enquadramento ao caso;

§ 3º A renegociação será permitida somente após a 4ª (quarta) parcela de pagamento.

§ 4º O ressarcimento previsto no "caput" e no § 1º e a suspensão mencionada no § 2º deste artigo não isenta a consignatária da aplicação de outras penalidades previstas nesta Resolução.

Art. 15. Fica proibida a cessão, transferência, venda ou aluguel do credenciamento para operar com consignação em folha de pagamento previsto nesta Resolução.

§ 1º A consignatária que transgredir as proibições contidas no "caput" deste artigo sofrerá as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 16.

§ 2º Fica autorizado à consignatária credenciada vender a carteira de consignados a outra consignatária credenciada, desde que a taxa de juros seja menor do que a já existente no contrato vigente, mantidas as demais cláusulas contratuais, as quais só poderão ser alteradas com a anuência expressa do consignado.

Art. 16. A inserção de consignação em folha de pagamento em desacordo com o disposto nesta Resolução ou em instruções expedidas pelos gestores de folhas de pagamento culminará nas seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- I - advertência escrita;
- II - suspensão temporária do credenciamento para operar com consignação;
- III - suspensão definitiva do credenciamento para operar com consignação;
- IV - interrupção dos descontos das consignações em folha de pagamento.

Parágrafo único. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e

IV deste artigo será precedida de apuração dos fatos por comissão especialmente constituída por ato do Presidente ou do Diretor Contábil e Financeiro da Câmara Jaguariúna por delegação.

Art. 17. As consignatárias ficam obrigadas a promover no Sistema Digital de Consignações os registros e as atualizações dos encargos financeiros de empréstimos praticados.

§ 1º As consignatárias deverão seguir as Resoluções nº 3.516 e nº 3.517 de 06/12/2007 do BACEN para operações de crédito.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



§ 2º A vigência dos encargos financeiros de empréstimos terá efeito a partir do 1º dia útil após a data dos registros efetuados no Sistema Digital de Consignações.

Art. 18. Compete ao Presidente, podendo expressamente delegar Diretor (a) Contábil e Financeiro da Câmara Municipal de Jaguariúna, aplicar as sanções previstas nesta Resolução, bem como apreciar e decidir casos omissos.

Art. 19. As consignatárias deverão efetuar pedido de renovação do credenciamento no prazo de 60 (sessenta) dias antecedentes à data de vencimento do credenciamento vigente, tendo como fundamento as normas contidas nesta Resolução.

Parágrafo único. As consignatárias atuais deverão adequar-se imediatamente às determinações da presente resolução, sob pena de descredenciamento do Sistema Digital.

Art. 20. O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna editará atos complementares necessários ao fiel cumprimento desta Resolução.

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo poderá ser delegado.

Art. 21. Ficam os gestores de folha de pagamento autorizados, no âmbito de suas atribuições, a expedirem instruções necessárias à execução de procedimentos para inserção de consignações em folha de pagamento.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 04 de abril de 2025


VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente


VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice-Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro-Secretário

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo-Secretário

APROVADO EM única DISCUSSÃO
em Sessão de 06/05/25

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>06/05/25</u>	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

Ajustes na política de empréstimos consignados em folha de pagamento, visando aprimorar a segurança e a sustentabilidade do sistema, são necessários para atender às demandas dos trabalhadores e empresas, enquanto se garante a viabilidade do programa. Este projeto visa aprimorar os mecanismos de concessão e controle de empréstimos consignados, assegurando o cumprimento das obrigações e a proteção dos trabalhadores contra situações de endividamento excessivo.

O projeto busca proteger os trabalhadores contra o endividamento excessivo, estabelecendo limites para a margem consignável e critérios para a concessão de crédito que garantam a capacidade de pagamento das parcelas.

Desta forma, entendemos que a Casa Legislativa irá compreender a necessidade de aprovação desta proposta.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 04 de abril de 2025

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice-Presidente

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro-Secretário

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo-Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES PERMANENTES

Projeto de Resolução nº 003/2025

DATA: 29/04/2025

HORÁRIO: 15hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

VEREADORA ANA PAULA ESPINA SOUZA MUNIZ (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA)

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR CRISTIANO CECON (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e CIDADANIA)

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS (VICE- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE OBRAS)

VEREADOR JOSÉ MUNIZ (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA ROSE FERREIRA LOPES COUTINHO

DISCUSSÃO:

O Projeto de Resolução nº 003/2025 foi lido e após discussão, os Vereadores aprovaram o projeto para a próxima Sessão Ordinária.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Resolução nº 003/2025

**PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO e de ORÇAMENTO, FINANÇAS e
CONTABILIDADE ao Projeto de Resolução nº 003/2025.**

Autoria: **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaguariúna o Projeto de Resolução nº 003/2025 dispõe sobre a regulamentação do desconto em folha de pagamento, nos empréstimos consignados dos servidores públicos e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna.

No mérito, o projeto tem por objetivo regulamentar os procedimentos para consignação em folha de pagamentos dos servidores públicos e vereadores da Câmara, bem como aprimorar os mecanismos de concessão e controle de empréstimos consignados, assegurando o cumprimento das obrigações e a proteção dos trabalhadores contra situações de endividamento excessivo, mantendo a garantia de pagamento das parcelas.

É o relatório.

Desta forma, compete a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua constitucionalidade, legalidade e redação da propositura.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade do Projeto, não há entendimento no sentido de contrariedade ao texto legal.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Resolução nº 003/2025

Em relação ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento não encontra óbices.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Resolução nº 003/2025, é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de maio de 2025.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Presidente

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO
Vice-Presidente - Relatora

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS
Secretária

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Presidente

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS
Vice - Presidente

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Secretário - Relator



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



RESOLUÇÃO Nº 252
(Autoria: Mesa Diretora)

Dispõe sobre a regulamentação do desconto em folha de pagamento, nos empréstimos consignados dos servidores públicos e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna,

Rodrigo Reis de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Os procedimentos para consignação em folha de pagamento dos servidores públicos e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna deverão observar as normas contidas nesta Resolução.

Art. 2º Para fins desta Resolução considera-se:

I - Consignante - entidade ou órgão da Administração Direta, fundações e autarquias que procede a descontos referentes às consignações em folha de pagamento;

II - Consignado - servidor público ativo (com mais de 03 meses de efetivo exercício de sua função) e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, que autoriza desconto de consignações em folha de pagamento e subsídio de vereador.

III - Consignatária - destinatária dos créditos resultantes das consignações com no máximo 02 (dois) representantes com inscrição municipal;

IV - Consignação compulsória - é o desconto em folha de pagamento efetuado por força de lei ou mandado judicial;

V - Consignação voluntária - é o desconto autorizado pelo servidor público em folha de pagamento;

VI - Consignação voluntária representativa - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contributiva autorizado pelo servidor público em razão de filiação às entidades sindicais ou às associações representativas dos servidores públicos municipais do âmbito do Poder Legislativo;

VII - Consignação voluntária por prazo indeterminado - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contratual autorizado pelo servidor público e/ou vereador por período indeterminado;

VIII - Consignação voluntária por prazo determinado - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contratual autorizado pelo servidor público e/ou vereador por período determinado;

IX - Sistema digital de consignações - aplicativo que suporta o processo de registro *on line* de consignações via internet;

X - Associação representativa de classe - é aquela cuja filiação seja permitida exclusivamente a servidores públicos e/ou vereadores pertencentes aos quadros de servidores públicos e/ou vereadores do Poder Legislativo do Município de Jaguariúna.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Art. 3º São consideradas consignações compulsórias:

- I - contribuição previdenciária obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social;
- II - imposto de renda retido na fonte;
- III - pensão alimentícia judicial;
- IV - descontos por decisão judicial;
- V - restituições e indenizações devidas ao erário;
- VI - outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Art. 4º São consideradas consignações voluntárias por prazo indeterminado:

- I - plano de saúde;
- II - plano odontológico.

Art. 5º São consideradas consignações voluntárias por prazo determinado:

- I - empréstimo pessoal;
- II - cartão de compras.

Art. 6º O credenciamento para operar com consignação deverá ocorrer para cada espécie prevista no art. 5º deste decreto.

§ 1º Somente será concedido credenciamento nas espécies em que as consignatárias estiverem autorizadas a operar por lei e/ou por estatuto.

§ 2º No credenciamento de espécies de consignações que necessite de autorização de órgão regulador e fiscalizador, observar-se-á a legislação própria.

Art. 7º A soma das consignações voluntárias representativas por prazo indeterminado e por prazo determinado previstas nos arts. 4º e 5º desta Resolução não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

§ 1º As consignações voluntárias previstas no art. 5º, inciso I, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

§ 2º As demais consignações voluntárias não poderão ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

Art. 8º As consignações voluntárias representativas terão prioridade de descontos sobre as voluntárias por prazo determinado e por prazo indeterminado na seguinte ordem:

- I - voluntárias representativas;
- II - voluntárias por prazo indeterminado;
- III - voluntárias por prazo determinado.

§ 1º Havendo necessidade de aplicar prioridade dentro da classe voluntária por prazo determinado, prevalecerá a consignação contratada há mais tempo.

§ 2º As consignações não poderão ultrapassar o limite máximo de 72 (setenta e dois) meses.

Art. 9º O credenciamento de consignatária para operar com consignação prevista no art. 5º na Administração da Câmara Municipal de Jaguariúna será autorizado pelo Presidente, podendo expressamente delegar ao Diretor (a) Contábil e Financeiro.

Art. 10 O pedido de credenciamento deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna na forma de requerimento indicando qual ou quais espécie(s) de consignação(ões) pretendida(s), acompanhado de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - certidões negativas de tributos estaduais;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



III - certidões negativas de débitos para com o INSS e FGTS;

IV - autorização de funcionamento expedida pelo órgão regulador e fiscalizador nos casos de espécie que obrigatoriamente necessitem de autorização;

V - contrato ou estatuto social vigente;

VI - outros documentos que a lei exigir.

Parágrafo único. Fica a Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna autorizada a expedir atos exigindo novos documentos sempre que necessário.

Art. 11 As margens consignáveis e todas as operações relacionadas às mesmas previstas no art. 7º desta Resolução serão informadas por meio do Sistema Digital de Consignações utilizado para controle e inserção de consignação na folha de pagamento.

Art. 12 O registro das consignações voluntárias no Sistema Digital de Consignações ou a inserção em folha de pagamento somente serão permitidos após validação do servidor público ou vereador através de procedimento próprio no qual haja autorização para desconto em folha de pagamento das parcelas e valores contratados.

§ 1º Fica sob responsabilidade da consignatária, na condição de depositária fiel, a guarda do documento mencionado no "caput" deste artigo pelo prazo de 07 (sete) anos.

§ 2º O documento mencionado no *caput* deste artigo deve ser apresentado ao Departamento Contábil e Financeiro/RH sempre que requisitado no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da notificação.

§ 3º Quando ocorrer operação de compra e venda de contratos de empréstimos entre as consignatárias, ficam as instituições obrigadas a proceder na forma seguinte:

I - a consignatária que teve o contrato de empréstimo comprado deve informar no Sistema Digital de Consignações no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da realização da compra:

a) o saldo devedor do contrato;

b) o banco, a agência e o número da conta corrente onde deverão ser depositados o saldo devedor do contrato ou emissão de boleto à consignatária compradora;

II - a consignatária que comprou o contrato deverá:

a) efetuar e registrar o pagamento do saldo devedor do contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data em que o saldo devedor foi informado no Sistema Digital de Consignações;

III - a consignatária que teve o contrato de empréstimo pessoal comprado deve efetuar a liquidação do contrato no Sistema Digital de Consignações no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data em que ocorreu o registro do pagamento do saldo devedor do contrato.

Art. 13 A consignação em folha de pagamento não implicará corresponsabilidade do órgão consignante por compromisso assumido pelos consignados junto às consignatárias.

Art. 14 Havendo desconto não autorizado pelo servidor público ou vereador, a consignatária ficará responsável pelo imediato ressarcimento, o qual deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da constatação do desconto indevido.

§ 1º Não havendo o ressarcimento na forma do "caput" deste artigo, o valor será retido no momento de repasse dos valores referentes às demais consignações devidas à consignatária e creditadas ao servidor público e/ou vereador.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



§ 2º Decorrido o prazo mencionado no "caput" deste artigo e não havendo o ressarcimento, a consignatária será suspensa nos termos do art. 16 II ou III desta Resolução, conforme enquadramento ao caso;

§ 3º A renegociação será permitida somente após a 4ª (quarta) parcela de pagamento.

§ 4º O ressarcimento previsto no "caput" e no § 1º e a suspensão mencionada no § 2º deste artigo não isenta a consignatária da aplicação de outras penalidades previstas nesta Resolução.

Art. 15 Fica proibida a cessão, transferência, venda ou aluguel do credenciamento para operar com consignação em folha de pagamento previsto nesta Resolução.

§ 1º A consignatária que transgredir as proibições contidas no "caput" deste artigo sofrerá as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 16.

§ 2º Fica autorizado à consignatária credenciada vender a carteira de consignados a outra consignatária credenciada, desde que a taxa de juros seja menor do que a já existente no contrato vigente, mantidas as demais cláusulas contratuais, as quais só poderão ser alteradas com a anuência expressa do consignado.

Art. 16 A inserção de consignação em folha de pagamento em desacordo com o disposto nesta Resolução ou em instruções expedidas pelos gestores de folhas de pagamento culminará nas seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em lei:

I - advertência escrita;

II - suspensão temporária do credenciamento para operar com consignação;

III - suspensão definitiva do credenciamento para operar com consignação;

IV - interrupção dos descontos das consignações em folha de pagamento.

Parágrafo único. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e

IV deste artigo será precedida de apuração dos fatos por comissão especialmente constituída por ato do Presidente ou do Diretor Contábil e Financeiro da Câmara Jaguariúna por delegação.

Art. 17 As consignatárias ficam obrigadas a promover no Sistema Digital de Consignações os registros e as atualizações dos encargos financeiros de empréstimos praticados.

§ 1º As consignatárias deverão seguir as Resoluções nº 3.516 e nº 3.517 de 06/12/2007 do BACEN para operações de crédito.

§ 2º A vigência dos encargos financeiros de empréstimos terá efeito a partir do 1º dia útil após a data dos registros efetuados no Sistema Digital de Consignações.

Art. 18. Compete ao Presidente, podendo expressamente delegar Diretor (a) Contábil e Financeiro da Câmara Municipal de Jaguariúna, aplicar as sanções previstas nesta Resolução, bem como apreciar e decidir casos omissos.

Art. 19 As consignatárias deverão efetuar pedido de renovação do credenciamento no prazo de 60 (sessenta) dias antecedentes à data de vencimento do credenciamento vigente, tendo como fundamento as normas contidas nesta Resolução.

Parágrafo único. As consignatárias atuais deverão adequar-se imediatamente às determinações da presente resolução, sob pena de descredenciamento do Sistema Digital.

Art. 20 O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna editará atos complementares necessários ao fiel cumprimento desta Resolução.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo poderá ser delegado.

Art. 21 Ficam os gestores de folha de pagamento autorizados, no âmbito de suas atribuições, a expedirem instruções necessárias à execução de procedimentos para inserção de consignações em folha de pagamento.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de maio de 2025.

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 089

Jaguariúna 06 de maio de 2025

Senhor Prefeito

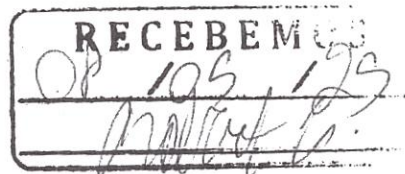
Encaminhamos a Vossa Excelência, para conhecimento as Resoluções nºs 250 e 252, da Mesa Diretora, aprovadas por unanimidade de votos, em Única discussão, em Sessão Ordinária realizada nesta Casa em 06 de maio corrente.

Atenciosamente,

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilario Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



RESOLUÇÃO Nº 252
(Autoria: Mesa Diretora)

Dispõe sobre a regulamentação do desconto em folha de pagamento, nos empréstimos consignados dos servidores públicos e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna,

Rodrigo Reis de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Os procedimentos para consignação em folha de pagamento dos servidores públicos e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna deverão observar as normas contidas nesta Resolução.

Art. 2º Para fins desta Resolução considera-se:

I - Consignante - entidade ou órgão da Administração Direta, fundações e autarquias que procede a descontos referentes às consignações em folha de pagamento;

II - Consignado - servidor público ativo (com mais de 03 meses de efetivo exercício de sua função) e vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, que autoriza desconto de consignações em folha de pagamento e subsídio de vereador.

III - Consignatária - destinatária dos créditos resultantes das consignações com no máximo 02 (dois) representantes com inscrição municipal;

IV - Consignação compulsória - é o desconto em folha de pagamento efetuado por força de lei ou mandado judicial;

V - Consignação voluntária - é o desconto autorizado pelo servidor público em folha de pagamento;

VI - Consignação voluntária representativa - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contributiva autorizado pelo servidor público em razão de filiação às entidades sindicais ou às associações representativas dos servidores públicos municipais do âmbito do Poder Legislativo;

VII - Consignação voluntária por prazo indeterminado - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contratual autorizado pelo servidor público e/ou vereador por período indeterminado;

VIII - Consignação voluntária por prazo determinado - é o desconto facultativo em folha de pagamento de natureza contratual autorizado pelo servidor público e/ou vereador por período determinado;

IX - Sistema digital de consignações - aplicativo que suporta o processo de registro *on line* de consignações via internet;

X - Associação representativa de classe - é aquela cuja filiação seja permitida exclusivamente a servidores públicos e/ou vereadores pertencentes aos quadros de servidores públicos e/ou vereadores do Poder Legislativo do Município de Jaguariúna.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Art. 3º São consideradas consignações compulsórias:

- I - contribuição previdenciária obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social;
- II - imposto de renda retido na fonte;
- III - pensão alimentícia judicial;
- IV - descontos por decisão judicial;
- V - restituições e indenizações devidas ao erário;
- VI - outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Art. 4º São consideradas consignações voluntárias por prazo indeterminado:

- I - plano de saúde;
- II - plano odontológico.

Art. 5º São consideradas consignações voluntárias por prazo determinado:

- I - empréstimo pessoal;
- II - cartão de compras.

Art. 6º O credenciamento para operar com consignação deverá ocorrer para cada espécie prevista no art. 5º deste decreto.

§ 1º Somente será concedido credenciamento nas espécies em que as consignatárias estiverem autorizadas a operar por lei e/ou por estatuto.

§ 2º No credenciamento de espécies de consignações que necessite de autorização de órgão regulador e fiscalizador, observar-se-á a legislação própria.

Art. 7º A soma das consignações voluntárias representativas por prazo indeterminado e por prazo determinado previstas nos arts. 4º e 5º desta Resolução não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

§ 1º As consignações voluntárias previstas no art. 5º, inciso I, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

§ 2º As demais consignações voluntárias não poderão ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do vencimento e vantagens permanentes do servidor público ativo e vereadores.

Art. 8º As consignações voluntárias representativas terão prioridade de descontos sobre as voluntárias por prazo determinado e por prazo indeterminado na seguinte ordem:

- I - voluntárias representativas;
- II - voluntárias por prazo indeterminado;
- III - voluntárias por prazo determinado.

§ 1º Havendo necessidade de aplicar prioridade dentro da classe voluntária por prazo determinado, prevalecerá a consignação contratada há mais tempo.

§ 2º As consignações não poderão ultrapassar o limite máximo de 72 (setenta e dois) meses.

Art. 9º O credenciamento de consignatária para operar com consignação prevista no art. 5º na Administração da Câmara Municipal de Jaguariúna será autorizado pelo Presidente, podendo expressamente delegar ao Diretor (a) Contábil e Financeiro.

Art. 10 O pedido de credenciamento deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna na forma de requerimento indicando qual ou quais espécie(s) de consignação(ões) pretendida(s), acompanhado de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - certidões negativas de tributos estaduais;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



III - certidões negativas de débitos para com o INSS e FGTS;

IV - autorização de funcionamento expedida pelo órgão regulador e fiscalizador nos casos de espécie que obrigatoriamente necessitem de autorização;

V - contrato ou estatuto social vigente;

VI - outros documentos que a lei exigir.

Parágrafo único. Fica a Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna autorizada a expedir atos exigindo novos documentos sempre que necessário.

Art. 11 As margens consignáveis e todas as operações relacionadas às mesmas previstas no art. 7º desta Resolução serão informadas por meio do Sistema Digital de Consignações utilizado para controle e inserção de consignação na folha de pagamento.

Art. 12 O registro das consignações voluntárias no Sistema Digital de Consignações ou a inserção em folha de pagamento somente serão permitidos após validação do servidor público ou vereador através de procedimento próprio no qual haja autorização para desconto em folha de pagamento das parcelas e valores contratados.

§ 1º Fica sob responsabilidade da consignatária, na condição de depositária fiel, a guarda do documento mencionado no "caput" deste artigo pelo prazo de 07 (sete) anos.

§ 2º O documento mencionado no *caput* deste artigo deve ser apresentado ao Departamento Contábil e Financeiro/RH sempre que requisitado no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da notificação.

§ 3º Quando ocorrer operação de compra e venda de contratos de empréstimos entre as consignatárias, ficam as instituições obrigadas a proceder na forma seguinte:

I - a consignatária que teve o contrato de empréstimo comprado deve informar no Sistema Digital de Consignações no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da realização da compra:

a) o saldo devedor do contrato;

b) o banco, a agência e o número da conta corrente onde deverão ser depositados o saldo devedor do contrato ou emissão de boleto à consignatária compradora;

II - a consignatária que comprou o contrato deverá:

a) efetuar e registrar o pagamento do saldo devedor do contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data em que o saldo devedor foi informado no Sistema Digital de Consignações;

III - a consignatária que teve o contrato de empréstimo pessoal comprado deve efetuar a liquidação do contrato no Sistema Digital de Consignações no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da data em que ocorreu o registro do pagamento do saldo devedor do contrato.

Art. 13 A consignação em folha de pagamento não implicará corresponsabilidade do órgão consignante por compromisso assumido pelos consignados junto às consignatárias.

Art. 14 Havendo desconto não autorizado pelo servidor público ou vereador, a consignatária ficará responsável pelo imediato ressarcimento, o qual deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da constatação do desconto indevido.

§ 1º Não havendo o ressarcimento na forma do "caput" deste artigo, o valor será retido no momento de repasse dos valores referentes às demais consignações devidas à consignatária e creditadas ao servidor público e/ou vereador.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



§ 2º Decorrido o prazo mencionado no "caput" deste artigo e não havendo o ressarcimento, a consignatária será suspensa nos termos do art. 16 II ou III desta Resolução, conforme enquadramento ao caso;

§ 3º A renegociação será permitida somente após a 4ª (quarta) parcela de pagamento.

§ 4º O ressarcimento previsto no "caput" e no § 1º e a suspensão mencionada no § 2º deste artigo não isenta a consignatária da aplicação de outras penalidades previstas nesta Resolução.

Art. 15 Fica proibida a cessão, transferência, venda ou aluguel do credenciamento para operar com consignação em folha de pagamento previsto nesta Resolução.

§ 1º A consignatária que transgredir as proibições contidas no "caput" deste artigo sofrerá as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 16.

§ 2º Fica autorizado à consignatária credenciada vender a carteira de consignados a outra consignatária credenciada, desde que a taxa de juros seja menor do que a já existente no contrato vigente, mantidas as demais cláusulas contratuais, as quais só poderão ser alteradas com a anuência expressa do consignado.

Art. 16 A inserção de consignação em folha de pagamento em desacordo com o disposto nesta Resolução ou em instruções expedidas pelos gestores de folhas de pagamento culminará nas seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- I - advertência escrita;
- II - suspensão temporária do credenciamento para operar com consignação;
- III - suspensão definitiva do credenciamento para operar com consignação;
- IV - interrupção dos descontos das consignações em folha de pagamento.

Parágrafo único. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e

IV deste artigo será precedida de apuração dos fatos por comissão especialmente constituída por ato do Presidente ou do Diretor Contábil e Financeiro da Câmara Jaguariúna por delegação.

Art. 17 As consignatárias ficam obrigadas a promover no Sistema Digital de Consignações os registros e as atualizações dos encargos financeiros de empréstimos praticados.

§ 1º As consignatárias deverão seguir as Resoluções nº 3.516 e nº 3.517 de 06/12/2007 do BACEN para operações de crédito.

§ 2º A vigência dos encargos financeiros de empréstimos terá efeito a partir do 1º dia útil após a data dos registros efetuados no Sistema Digital de Consignações.

Art. 18. Compete ao Presidente, podendo expressamente delegar Diretor (a) Contábil e Financeiro da Câmara Municipal de Jaguariúna, aplicar as sanções previstas nesta Resolução, bem como apreciar e decidir casos omissos.

Art. 19 As consignatárias deverão efetuar pedido de renovação do credenciamento no prazo de 60 (sessenta) dias antecedentes à data de vencimento do credenciamento vigente, tendo como fundamento as normas contidas nesta Resolução.

Parágrafo único. As consignatárias atuais deverão adequar-se imediatamente às determinações da presente resolução, sob pena de descredenciamento do Sistema Digital.

Art. 20 O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna editará atos complementares necessários ao fiel cumprimento desta Resolução.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo poderá ser delegado.

Art. 21 Ficam os gestores de folha de pagamento autorizados, no âmbito de suas atribuições, a expedirem instruções necessárias à execução de procedimentos para inserção de consignações em folha de pagamento.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de maio de 2025.

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral